

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO Nº 84/2018

PAD Nº 14.533/2018

Instado a realizar licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de certificados digitais do tipo A3 (e-CPF e e-CNPJ), contemplando dispositivos “token” USB para armazenamento, com eventual visita técnica para emissão e validação dos certificados digitais, providos no âmbito da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil) e certificados digitais SSL de servidores, respeitando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, bem como nos sites do TRE-BA.

RELATÓRIO FINAL

Instado a realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de certificados digitais do tipo A3 (e-CPF e e-CNPJ), na modalidade EAD, respeitando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, bem como nos sites do TRE-BA.

Aos 09 (nove) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às 9h:00min (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 71, de 04 de abril de 2019, deu início à realização dos trabalhos relativos ao presente Pregão.

Aberta a sessão, o Pregoeiro fez análise preliminar das propostas apresentadas. De início, observou-se que havia seis propostas cadastradas. Em seguida, foi dado início à etapa competitiva, através do recebimento de lances, tendo sido ofertados diversos lances conforme registra a Ata do Pregão acostada aos autos, documento pad nº 041725/2020.

Em relação ao Grupo 1 (composto pelos itens nº 1 e 2), verificada a aceitabilidade dos preços unitário e total, procedeu-se à sua aceitação, classificando-se a empresa **TOPOS INFORMATICA EIRELI** para referido Grupo.

Para os itens nº 3 e 4, verificada a aceitabilidade dos preços unitário e total, procedeu-se à sua aceitação, classificando-se a empresa **OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA**, para referidos itens.

Ao final da fase de classificação, foram aceitas as propostas formuladas pelas empresas supramencionadas.

Ressalte-se que as tentativas de negociação para redução do preço ofertado pela empresa vencedora do Grupo 1 (itens nº 1 e 2) não lograram êxito.

No que concerne à negociação de redução de preços com a empresa vencedora dos itens 3, 4, após diversas tentativas por parte deste pregoeiro de redução do valor ofertado, não logramos êxito quanto ao item 3, e conseguimos negociar uma redução para o item 4, ficando o valor final negociado por R\$1.700,00.

Passando-se à fase de habilitação, foram habilitadas as empresas: **TOPOS INFORMATICA EIRELI**, para o Grupo 1, composto pelos itens nº 1 e 2; e a empresa **OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA** fora habilitada para os itens nº 3 e 4.

Passando-se à fase de habilitação, o pregoeiro consultou o SICAF e verificou: a) a compatibilidade do objeto social das empresas vencedoras com o objeto da licitação; b) os documentos de habilitação das empresas vencedoras foram anexados aos documentos pad nº 042598/2020 e 042628/2020, c) a ausência de causas impeditivas da contratação, através da consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em nome da empresa e dos sócios majoritários; d) a inclusão das declarações exigidas nas condições 10.1.1 e 10.1.2 (doc. nº 041731/2020).

Impende registrar que este pregoeiro procedeu à verificação da autenticidade das Certidões de Falência e Concordata, enviadas pelas empresas supramencionadas, nos sites do TJ-BA e do TJ-GO, em conformidade com o edital, conforme comprovantes anexados no documentos pad nº 042598/2020 e nº 042628/2020.

Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, conforme condição 12.1 do Edital, não houve manifestação de qualquer das empresas licitantes, sendo, em ato contínuo, encerrada a sessão pelo pregoeiro.

Em atendimento à determinação insculpida no §2º do Artigo 7º da Portaria nº 305/2019, de 20 de agosto de 2019, entendemos que, smj, a situação da empresa **TOPOS INFORMATICA EIRELI**, DESCLASSIFICADA, neste Pregão Eletrônico para o item 3, ao afirmar no chat que seu produto não atendia às especificações previstas no Edital, enquadra-se no quanto prescrito no §2º do Artigo 30, da Portaria Nº 305, de 20 de agosto de 2019, aqui transcrito *ad litteram*: “§2º O mero equívoco na especificação do objeto não consiste na conduta prevista no artigo 30, inciso III, desta Portaria”, razão pela qual deixamos de proceder à comunicação dessas ocorrências à SELIC.

Por oportuno, informo que segue, no documento pad nº 041744/2020, a defesa apresentada pela referida empresa contendo a sua justificativa que motivou a sua Desclassificação referente ao item 3, ressaltando que fora um mero erro humano.

No que concerne ao registro de existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, conforme apontado no Relatório Nível 1 – Credenciamento -SICAF, confirmado no documento Relatório de Ocorrências Indiretas do Fornecedor, ambos documentos anexados no doc pad nº 042628/2020, informo que a empresa **OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA**, vencedora do certame para os itens nº 3 e 4, **fora aberta no dia 23/03/2010**, e a penalidade fora imposta somente em dezembro de 2019. Sendo assim, entendemos que em, tese, referida empresa não fora aberta com o fito de burlar a punição.

Ademais, como se observa, ao cotejar o documento Relatório Nível I- Credenciamento- emitido pelo SICAF, da empresa SOLUTI- Soluções em Negócios Inteligentes S/A, CNPJ nº 09.461.647/0001-95, anexado ao doc pad nº 042628/2020, o cônjuge, o senhor Nicolau Duarte de Oliveira, CPF nº 025233.141-46, não mais pertence à sociedade apenada, tendo se retirado da empresa em janeiro/2019, conforme se atesta da análise do Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor, anexado no doc pad nº 042628/2020.

Destarte, diante do quanto acima exposto e com fulcro no quanto contido nos Relatórios supramencionados, emitidos pelo sistema SICAF, inferimos que não restam provas robustas suficientes para afastar a personalidade jurídica da licitante vencedora para os itens nº 3 e 4, visto que não persiste qualquer impedimento nesse sentido.

Por fim, o objeto fora adjudicado, na forma do Termo de Adjudicação, colacionado ao autos, documento pad nº041729/2020. Foram anexados ainda os seguintes documentos pad: “Resultado por Fornecedor”, gerado pelo Sistema (doc. pad nº041727/2020); Anexos de Propostas, doc pad nº041737/2020.

É o Relatório, que ora se submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 10 de março de 2020.

Lúcio Roberto de Oliveira

Pregoeiro